



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## **De Collor a Dilma:** a particularidade da social democracia no Brasil Anderson Deo

**Como citar:** DEO, A. De Collor a Dilma: a particularidade da social democracia no Brasil.  
*In:* DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 241-254.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p241-254>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# DE COLLOR A DILMA: A PARTICULARIDADE DA SOCIAL DEMOCRACIA NO BRASIL<sup>1</sup>

*Anderson Deo*

## I

Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, o Brasil entraria na assim chamada *Era da Modernidade*. Em seus discursos de campanha, Collor atribuía ao gigantismo estatal brasileiro, os principais fatores causadores da crise. Amplamente apoiado pela mídia, defendia que o *grande elefante branco estatal* e todos os *marajás* que dele se aproveitavam deveriam ser expurgados da nação.

Ao assumir o governo, Collor inicia as propugnadas reformas modernizantes: privatizações, demissões de funcionários públicos e dois atabalhoados planos econômicos que iniciam o processo de abertura da economia brasileira ao mercado mundial, marcaram seu curto mandato. Com o *impeachment* do presidente, em 1992, assume o vice, Itamar Franco, que tinha como principal desafio restabelecer a credibilidade nas instituições

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa em desenvolvimento junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *Campus* de Marília.

governamentais, além de preparar o quadro sucessório de 1994. Itamar Franco tinha um papel importante a desenvolver: atenuar os conflitos herdados da “República das Alagoas”, verificar seus impactos e desdobramentos, e acima de tudo, preparar o terreno para a próxima sucessão.

O resultado desse processo de “transição” é a eleição, em 1994, do candidato governista, Fernando Henrique Cardoso. Acalmados os ânimos, o Brasil estava pronto para retomar o projeto iniciado por Collor, que não havia sido descartado, mas apenas sofrera uma breve interrupção. Tal projeto fazia parte da estratégia de reposição das forças conservadoras – composta pela burguesia internamente instalada, representada nas esferas político-institucionais por partidos como o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros de menor notoriedade política – que, por um rápido espaço de tempo, tropeçara nas suas próprias articulações políticas, e precisavam ser retomadas. Segundo Jorge Mattoso (apud LESBAUPIN, 1999, p. 115):

O primeiro governo FHC (1995-98) apostou todas as fichas na *modernidade* supostamente virtuosa da desregulação da concorrência e da globalização financeira internacional. Para FHC e seu governo, esta modernidade geraria uma nova dinâmica na economia internacional, favorecendo o surgimento de um novo Renascimento, com uma nova era de avanços da razão e da técnica, sem ganhadores ou perdedores, de *per se* benéfica ao país. (LESBAUPIN, 1999, p. 115).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o Brasil se insere definitivamente nos fluxos mundiais de reprodução do capital. Importante apontar que na atual fase de internacionalização capitalista, a fração financeira da burguesia mundial conduz a dinâmica e a lógica da acumulação. Internamente, a hegemonia da fração financeira no interior do *bloco histórico* (GRAMSCI, 2000) se consolida com os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (BOITO JR., 2006). Contudo, tal constatação não implica em descartar o posicionamento e a relevância que as outras frações de classe burguesas exercem nesse processo. Pelo contrário, as disputas pela hegemonia no interior do bloco histórico burguês se constituem

como elemento central à compreensão do fenômeno em sua totalidade, explicitando o caráter das alianças políticas que se formaram em torno dos governos em questão.

Prova do que afirmamos acima, é o processo de *impeachment* que depôs a presidente Dilma Rousseff, que governou o país entre 2011 e 2016. Dilma havia sucedido Lula como candidata governista, cujo conteúdo fundamental de seu programa de governo se alicerçava na proposta de continuidade de seu “padrinho” político. No entanto, o aprofundamento da crise econômica que se manifestou mundialmente a partir de 2008 – tendo como epicentro o coração do imperialismo, os EUA – passa a produzir sensíveis efeitos na economia brasileira já no final do primeiro mandato de Rousseff (2011-2014). Sua reeleição para o mandato de 2015-2018, bem como a proposta de governos que apontava, cada vez mais, para reformas de caráter abertamente neoliberais – sobretudo, através do ajuste fiscal do início do segundo mandato, em 2015 – não foram suficientes para manter o equilíbrio interno no bloco histórico burguês que estava à frente do governo. O impedimento da presidente sinaliza que tal equilíbrio havia sido abalado, e que as disputas no interior do bloco de poder levariam a um novo ciclo de reformas, agora sob o comando do então vice-presidente, Michel Temer.

## II

Analisar e debater o caráter da democracia brasileira, entre os governos Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, bem como as disputas *intraclasse* burguesa no processo de composição do bloco histórico que resulta como síntese desse período – o que necessariamente, levará em consideração as disputas entre as classes antagônicas – constitui o escopo do presente texto.

A partir do Governo de Fernando Collor, o Brasil passou a se inserir nos novos padrões de concorrência e acumulação mundialmente estabelecidos. O debate que ocorria no país a respeito dessa inserção, resumia-se na discussão acerca da abertura comercial e financeira indiscriminada, tudo em nome de “não perder o bonde da história”. Sendo assim, as medidas liberalizantes iniciadas por Collor eram necessárias,

pois seriam os pressupostos da *modernidade*, sendo que toda e qualquer proposta que levasse em consideração a perspectiva da produção ou do nível de emprego interno seria considerada como coisa do passado, postura essa – segundo o governo – reacionária e corporativista. A esse respeito, novamente argumenta Mattoso (apud LESBAUPIN, 1999, p. 116):

Por um lado, acreditavam que, para serem absolutamente modernos, bastava integrar o país rapidamente a esta economia internacional. Para tanto, consolidaram a abertura comercial e financeira indiscriminada iniciada por Collor e dispensaram a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Como absolutamente modernos, caracterizam quaisquer políticas de defesa da produção e do emprego nacionais como corporativas ou inflacionistas. (LESBAUPIN, 1999, p. 116).

Na mesma direção argumentativa encontramos Paulo Nogueira Batista (1994, p. 128) que tece as seguintes considerações: “Em favor da abertura a importações de mercadorias invoca-se a ineficiência do protecionismo como alocador de recursos, como obstáculo aos interesses do consumidor nacional e como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento”.

O governo brasileiro passaria a municiar a abertura econômica iniciada por Collor sem criar mecanismos protetores da economia interna. Durante toda a história do desenvolvimento industrial moderno do Brasil ocorreram definições de políticas governamentais para o atendimento aos interesses da burguesia brasileira. Assim foi desde o primeiro governo Vargas com a criação das pioneiras indústrias de base, sendo mantidas posteriormente pelo desenvolvimentismo de JK – ainda que este tenha privilegiando a entrada de empresas transnacionais. Após 64, esta definição deu-se através da construção de mecanismos institucionais que viabilizaram a super-exploração da força de trabalho pelos capitais privados – internos, externos e estatais -, graças a criação e fortalecimento, no caso destas últimas, da ditadura militar.

Na verdade, o projeto iniciado por Collor e efetivado por FHC, não teve como prioridade o desenvolvimento de políticas que favorecessem

a produção interna ou qualquer outro aspecto social que dela pudesse decorrer. Pelo contrário, tanto Fernando Henrique, como a aliança política que o sustentava formavam a composição político-institucional melhor acabada que os membros da burguesia interna encontrara para “enquadrar” o Brasil nos novos padrões de acumulação capitalista. José Luís Fiori (1998, p. 14) nos fornece a seguinte constatação:

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas do Banco Mundial. (FIORI, 1998, p. 14).

Vale ainda ressaltar que esta postura político-econômica encarnada pela aliança política vitoriosa em 1994 reafirmava a tendência proposta e inaugurada pelo Consenso de Washington, onde as economias latino-americanas, para conseguirem uma inserção completa nos novos padrões de acumulação mundiais, deveriam abrir suas economias à concorrência do capital internacional, pelas quais os governos nacionais deveriam eliminar toda e qualquer barreira protecionista de seus respectivos mercados. Como bem mostra, também, Nogueira Batista (BATISTA, 1994, p. 130) ao relatar que:

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para “abrir os portos de países amigos”. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater. (BATISTA, 1994, p. 130).

Para os setores nacionalistas mais desinformados de nossa sociedade, essa postura pode soar como um descalabro. No entanto, em toda a história do nosso jovem país, as demandas capitalistas internacionais ditam as regras e dão o tom da sinfonia a ser regida na economia nacional, guardados os devidos contextos históricos e as particularidades de cada período.

Assim foi no modelo agrário-exportador – inaugurado no período colonial – estendendo-se até a década de 30 do século XX; continua sendo assim no período do pós Segunda Guerra, quando as transnacionais vão encontrar solo fértil para aqui se instalarem e ampliar suas taxas de lucros.

Verificamos em toda história brasileira um caráter de subordinação de nossa economia aos pólos centrais do capitalismo mundial, em que os membros representativos de nossa burguesia assim também se posicionaram. Fazendo referências a essa classe dominante da sociedade brasileira, Antonio Carlos Mazzeo (1999, p. 107) escreverá:

O Brasil após 1945 passará por grandes e profundas alterações em seu parque produtivo e, conseqüentemente, na composição de seu tecido social. No entanto, essas transformações modernizadoras não significarão uma ruptura com a subordinação do país aos polos centrais do capitalismo. Ao contrário, o redimensionamento de sua estrutura sócio-produtiva, que reintegrou o país no conjunto de uma economia mundial reordenada no pós-guerra, reinsere a sociedade brasileira nos quadros da economia mundial, nos moldes de sua *subordinação estrutural*. Reafirma-se, assim, o *caminho colonial* das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro, que, desde suas origens, organizou-se como uma economia complementar dos centros econômicos ativos ocidentais, tendo sido, num primeiro momento, forma econômico-social – *de caráter histórico-particular* – de impulsionamento do processo de acumulação primitiva de capitais, no período mercantil-escravista e, posteriormente, exportador de matérias-primas para a produção industrial dos centros desenvolvidos do capitalismo, ao longo da primeira metade do século XX. (MAZZEO, 1999, p. 107).

Ao analisarmos o discurso dos governos brasileiros na década de 90, podemos constatar claros indícios da subordinação acima referida. Isso fica claro quando observamos a incondicional aceitação das proposituras defendidas no Consenso de Washington. Proposituras estas que tinham como prioridade, entre outras questões, a reestruturação da economia brasileira e a redefinição do papel regulador do Estado Nacional.

No que diz respeito às privatizações, estas começam a ser levadas a cabo na gestão Collor. Critérios confusos, valores questionáveis e processos nada transparentes marcam esse primeiro momento. O processo de venda das estatais teria uma breve interrupção durante o governo Itamar. Após a posse de FHC, esse processo seria retomado com toda força, pois, como assinala Reinaldo Gonçalves (1999) “[...] em um período de três anos (1996-1998) o Brasil experimentou a intromissão do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional como nunca antes em toda a sua história”. Sobre o assunto das privatizações, Aloysio Biondi (1999) argumenta que o governo brasileiro privilegiou as empresas estrangeiras, em claro detrimento dos interesses nacionais<sup>2</sup>.

Nos parece, portanto, que a política econômica do governo brasileiro a partir de 1995 se orientava no sentido de reorganizar o Estado, com vistas à sua inserção nos novos padrões de acumulação do capitalismo mundial. No entanto, os efeitos econômicos e sociais dessa reestruturação sempre estiveram aquém das reais expectativas por ela suscitadas. O país experimentou oito anos de estagnação econômica, que se traduziram em índices sociais desoladores, dentre os quais, taxas sempre crescentes de desemprego, e todas as consequências negativas para o conjunto dos trabalhadores.

A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, surge no cenário político como uma alternativa ao projeto desencadeado por FHC. Após ser derrotado três vezes consecutivas na disputa pelo Palácio do Planalto, o candidato do Partido dos Trabalhadores adotara um discurso moderado, compondo uma aliança e um programa político de centro, representados na figura de seu vice, José Alencar, do Partido Liberal. A nova roupagem política, traduzida no *slogan* “Lulinha Paz e Amor”, lhe rendeu uma expressiva votação, levando pela primeira vez ao comando do país um candidato de origem humilde, projetado politicamente através da classe operária.

---

<sup>2</sup> Diz ele que: “Numa sexta-feira, cinco dias antes do leilão de ‘privatização’ da Cemig, [...] o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto revolucionário. Por ele, o BNDES ficou ‘autorizado’ a – leia-se ‘recebeu ordens para’ – conceder empréstimos também a grupos estrangeiros”. Como sabemos, o BNDES foi criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional. Concentrando-se inicialmente ao financiamento de projetos de infraestrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Porém, esse decreto presidencial “[...] escancarou os cofres do BNDES às multinacionais, para que comprassem estatais [...]. A submissão do governo brasileiro aos interesses de outros países culminou com esse ‘arrombamento’ do BNDES pelas multinacionais”.



Ao assumir, já no discurso de posse, Lula aponta para um programa de combate à fome – *Fome Zero* – que seria um dos carros-chefes do novo governo. Tal programa de transferência de renda seria uma das novas medidas implementadas pelo governo brasileiro, como forma de combate à pobreza. No que diz respeito às reformas estruturais do Estado, estas foram deixadas de lado num primeiro momento, principalmente no tocante as privatizações, confirmando uma tendência já do fim do segundo mandato de FHC. Mas o que de fato marcou o mandato do novo presidente foram as denúncias de corrupção – popularmente denominadas *Esquema do Mensalão* – envolvendo membros do alto escalão do governo, entre outros, José Dirceu, e o então presidente do PT, José Genoíno.

No entanto, as diretrizes da política econômica seguiram a mesma agenda do governo anterior. A estabilidade econômica deveria ser mantida a qualquer preço e, para tanto, a política de juros altos, a sobrevalorização cambial e a política fiscal permaneceram intactas. Junte-se a isso, a plena autonomia do Banco Central – agora comandado por Henrique Meireles, alto executivo do setor financeiro internacional – na condução das diretrizes da economia brasileira.

Conjugado aos fatores externos extremamente favoráveis à economia brasileira, sobretudo o aquecimento do comércio mundial que se verificou entre 2003 e 2007 – aquecimento este impulsionado pela valorização das *commodities* no plano econômico internacional – o Brasil experimentou um momento de crescimento econômico favorável, possibilitando um avanço no consumo interno, o crescimento do emprego, bem como, uma política de aumento real do salário mínimo. Junte-se a estes, o fato de o programa Fome Zero retirar da condição de miséria absoluta um importante contingente populacional, principalmente nas regiões mais pobres do país, como o Norte e o Nordeste. O resultado eleitoral foi não só a reeleição do presidente Lula, em 2006, como também a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, tanto em 2010, como em sua reeleição, em 2014.

Porém, as condições econômicas mundiais e seus reflexos na economia brasileira, produziram um quadro de crise que se estendeu para o cenário político, manipulado midiaticamente a partir das denúncias de corrupção da operação “Lava Jato”. O resultado dramático desse quadro de crise político-econômica, que se aprofunda em 2016, foi o processo de

*impeachment* da então presidente reeleita. O vice-presidente, Michel Temer, foi um dos principais articuladores de sua deposição, juntamente com seu partido, o PMDB, que havia composto o “núcleo duro” do governo petista desde a primeira eleição de Lula. Observa-se que o bloco histórico de poder político havia se rompido, e as frações da burguesia que deram sustentação política aos governos do PT buscavam uma nova composição.

### III

Como procuramos demonstrar nessas laudas introdutórias, os acontecimentos econômicos e sociais do período que ora analisamos, produziram novos desdobramentos, instigando questões que pareciam estar respondidas.

A questão basilar de nossa pesquisa pode ser assim resumida: como explicar o apoio da burguesia brasileira ao projeto de *modernização* iniciado por Collor, levado à cabo por Fernando Henrique durante dois mandatos, entre 1995 e 2002, perpetuado, em grande medida, por Lula entre 2003 e 2010 e Dilma Rousseff entre 2011 e 2016? Essa pergunta nos parece pertinente, pois tal projeto se arrima na abertura incondicional do mercado brasileiro à concorrência externa, além de transferir grande parte do patrimônio nacional à iniciativa privada através das privatizações. Quais seriam os benefícios alcançados por essa burguesia? Seus interesses de classe não teriam sido prejudicados nesse processo?

Nos parece que a composição orgânica da burguesia brasileira é bastante singular. E é a partir da compreensão de tal composição que buscaremos dar respostas a estas dessas questões.

Assim, o objetivo central de nossa pesquisa se concentra em dois núcleos de análise: primeiro, analisar e explicitar o movimento (e suas contradições) de disputas e de recomposição no interior da classe burguesa durante o período de 1990 a 2016, que redundaram em uma nova composição orgânica do bloco histórico brasileiro, cuja hegemonia financeira se consolidaria nas duas décadas seguintes. O segundo momento da pesquisa pretende debater o *caráter da democracia no Brasil*, apontando para o seu conteúdo marcadamente conservador. Dito de outra forma,

pretendemos demonstrar como o processo de inserção do Brasil nos marcos da “modernidade capitalista” se concretiza a partir da reprodução de características particulares da autocracia burguesa, tal como essa forma de dominação historicamente se reproduz no país, mas agora sobre a fórmula da legalidade parlamentar (AGNOLI, 1971).

## REFERÊNCIAS

- AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI, 1971.
- BATISTA, P. N. et. al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 128-155.
- FIORI, J. L. *Moedeiros Falsos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 6.
- LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ARRUDA, P. F. *Partidos políticos e disputa eleitoral no Brasil*. São Paulo: Educ, 2016.
- BARSOZZI, P. Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 236-261.

- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio*, São Paulo, n. 17/18, p. 6-190, 1989.
- CHESSNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEO, A. *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e as inflexões do capital na década de 1990*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.
- DEO, A. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- DEO, A. Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, M. (org.). *Ditadura: o que resta de transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 303-330.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FILGUEIRAS, L. *História do plano real*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, R. *Ô Abre-Alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MACIEL, D. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35.
- MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PAULA, J. A. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. (org.). *Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

VIEIRA, E. *A república brasileira – 1951-2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.

## PARTE III